

A escritura d'*Os Lusíadas* ou o aprendizado da dor

TERESA CRISTINA CERDEIRA DA SILVA
Profª de Literatura Portuguesa da
Faculdade de Letras da UFRJ

para CLEONICE BERARDINELLI

Começamos não pelo poema de Camões mas por um poema sobre Camões. O poema é de Carlos Drummond de Andrade, publicado no 40º aniversário da morte do poeta:

*Dos heróis que cantaste, que restou
senão a melodia do teu canto?
As armas em ferrugem se desfazem,
os barões nos jazigos dizem nada.*"

E nesse poema o dado que queremos ressaltar é sua pergunta semanticamente reiterada: "que restou?" Isto porque parece ser mais ou menos esta a pergunta que implicitamente se faz o próprio Camões ao findar seu poema épico. E onde estaria, então, seu final épico? Em outras epopeias o final corresponde sempre à condecoração do herói e não cabe ao narrador nenhum comentário sobre a validade ou não da sua glória: 1º) porque ao narrador não cabe julgar; 2º) porque, se julgasse, estaria em empatia com o personagem que, por sua vez seria o representante digno da coletividade. Assim Ulisses, assim Aquiles.

E para Camões? Não se precisa o tempo da escritura d'*Os Lusíadas*, mas a data da sua publicação — 1572 — é relevante para compreendermos o tempo do eu lírico que no poema épico de Camões a cada instante se faz sentir presente. É já o tempo da decadência portuguesa. A fúria com que se lançaram ao mar os grandes e intrépidos portugueses, cheios de esperança de riquezas fáceis que viriam resgatá-los aos olhos do mundo, o sonho glorioso da cruzada renascentista que, ao lado da expansão da fé, sobrepunha o domínio dos elementos físicos encarceradores da alma e do espírito — "os mares nunca dantes navegados" — tudo isso estava meio esbatido, meio esfumado diante de to-

da uma “história trágico-marítima” que se tinha a contar sobre as naus partidas do Tejo. É já num tempo de crise, de recuo, de distanciamento crítico, que Camões começa a narrar. Aqui caberia, pois, uma reflexão sobre os narradores d’*Os lusíadas* e não poderíamos deixar de fazer menção ao excelente estudo da Prof^a Cleonice Berardinelli sobre os *Excursos do poeta n’Os lusíadas* de agosto de 1972. Porque, sem nos determos sobre os vários narradores, queremos ao menos distinguir a presença do que poderíamos chamar de narrador épico, ou narrador da matéria épica, o contador da História, e de uma voz a que poderíamos chamar do aedo, do que não narra, mas se exprime liricamente em reflexões, exortações e queixas.

Os lusíadas seriam assim um imenso poema épico-lírico em que nem sempre essas duas funções estariam numa postura de identidade. Na primeira fala Camões, poeta renascentista, a quem cabe exaltar um passado próximo e glorioso de Portugal. Poeta que, como um sebastianista “avant-la-lettre” se agarra à imagem viva do jovem rei para lhe dedicar o seu poema à glória portuguesa. Aqui o eu lírico se confunde ainda com o épico, na medida em que dizem ambos a mesma verdade ufana. Porque o estímulo é grande para a pátria exausta — D. Sebastião é o jovem guerreiro que reacende as esperanças do povo. Camões o vê como

*tenro e novo ramo florescente
de hũa árvore, de Cristo mais amada
que nenhua nascida no Oriente*
(canto I)

ou ainda como

*/ . . . / poderoso Rei, cujo alto Império
O Sol, logo em nascendo, vê primeiro;*
(canto I)

Mas no caminhar do texto constataremos logo que as verdades do narrador e do aedo vão aos poucos se distanciando até que o poeta tome, enfim, a postura e a linguagem do outro.

Qual a matéria narrada d’*Os lusíadas*? A viagem de Vasco da Gama, tomado como protótipo dos navegadores e do povo português, assim escolhido por ter, mais que nenhum outro, cumprido o sonho tão imaginado: realiza-se definitivamente o domínio do mar, a conquista da Índia, a volta triunfante aos cais de Lisboa. Antônio José Saraiva explicita bem o significado dessa chegada ao Oriente por mar, comparando este feito com o dos Espanhóis ao descobrirem a América.

/ . . . / do ponto de vista da literatura e dos literatos, havia uma grande diferença entre os dois mundos descobertos respectivamente pelos Portugueses e pelos Espanhóis. O continente americano e sua população estavam inteiramente fora do conhecimento e da mitologia tradicionais. Não era possível assimilá-los a nenhuma história, a nenhuma lenda. Pelo contrário, o Oriente era, desde a Antigüidade, matéria literária. / . . . / A imaginação dos poetas

*não sabia que fazer dessa América que saía abruptamente de um mar desconhecido, chocando todas as idéias estabelecidas sobre o feitio do mundo; mas estava já bem preparada para bordar novas lendas à volta de um Oriente já sumptuosamente lendário.*¹

Fica assim fora de dúvida o valor que a empresa de Vasco da Gama acabara de conquistar. E Camões não nega ao grande capitão o seu espaço de glória. Os portugueses vencem o mar, vencem as artimanhas do Destino — que poeticamente Camões desloca para o nível mitológico: as tentativas de Baco para afastar os portugueses dessa nova empresa de conquista do caminho marítimo para as Índias, temeroso de que fosse ele esquecido “se por lá passasse a Lusitana gente”. Por isso diz Baco e Netuno no canto VI:

*Vistes e ainda vemos cada dia,
Soberbas e insolências tais, que temo
Que do Mar e do Céu, em poucos anos,
Venham Deuses a ser, e nós, humanos.*

Diante disso toda sorte de imprevistos surge a Vasco da Gama. Mas a esquadra passa vitoriosa, palmilhando a estrada de Netuno. Chegam os portugueses às Índias, completando o sonho, e de lá retornam, não sem antes ascenderem à categoria de supremos heróis e, na Ilha dos Amores, assumirem a postura de semi-deuses. O texto diz, referindo-se às divindades do Olimpo.

*Não eram senão prémios que reparte,
Por feitos imortais e soberanos,
O mundo cos barões que esforço e arte
Divinos os fizeram, sendo humanos.*

(canto IX)

Assim como os deuses todos foram homens que se destacaram por ações que os imortalizaram, assim os portugueses recebem o prêmio merecido, após o cansaço da empresa. Já nada os separa dos deuses: com as belas ninfas encontram os prazeres do amor e como os deuses do Olimpo, o esforço e a arte divinos os fazem, sendo humanos.

Mas o discurso proporciona ainda ao Gama uma outra maneira de ultrapassar as suas limitações humanas: trata-se do momento em que Tétis lhe oferece a visão da Máquina do Mundo, possibilitando ao Gama o domínio também do *conhecer*. Isto é, sem dúvida, mas um prêmio, e o texto diz claramente:

*Faz-te mercê, barão, a Sapiência
Suprema de, cos olhos corporais,
Veres o que não pode a vão ciência
Dos errados e míseros mortais.*

(canto X)

O Gama, portanto, já não faz parte “dos errados e míseros mortais”. A ele foi dado o prêmio da imortalidade — pelos feitos e pelo canto —, o gozo dos prazeres amorosos e o domínio do *conhecer* além dos limites temporais. Final épico, glorioso, que culmina com a chegada à Pátria.

*Assim foram cortando o mar sereno,
Com vento sempre manso e nunca irado
Até que houveram vista do terreno
Em que nasceram, sempre desejado.
Entraram pela foz do Tejo ameno,
E a sua pátria e Rei temido e amado
O prémio e glória dão por que mandou,
E com títulos novos se ilustrou.*

(canto X)

É talvez por demais evidente o acúmulo de dados positivos dessa estrofe. Pretendemos, entretanto, selecioná-los por nos parecer relevante para comentários que se seguirão. Os sintagmas “mar sereno”, “vento manso e nunca irado”, “Tejo ameno”, nos situam numa Natureza em paz, dominada, domesticada, que nada tem a ver com aquela que se apresentara aos navegantes no caminho de ida; “pátria e Rei temido e amado”, “prémio e glória”, “títulos novos” representam o saldo positivo da viagem.

Ora, insistimos bastante nessa estrofe para mostrar a tensão que se estabelece no texto entre as palavras do narrador e do aedo. Até aqui selecionamos trechos que nos pareceram significativos do discurso do narrador épico que escolheu como matéria a ser narrada a viagem de Vasco da Gama, que viria a ser metonímia do caminho glorioso de Portugal encarado como povo eleito. Mas estamos na estância 144 do canto X e justamente a estância que se segue vai marcar um rompimento nesse tom épico, só possível de ser compreendido se aceitarmos que já não é mais o narrador épico que fala mas o aedo, o poeta lírico que, a essa altura, já teria outros móveis que o fariam optar por uma linha claramente contra-ideológica. É esse caminhar do aedo, de contra-ideologia, do anti-épico, que queremos agora perseguir.

*No mais, Musa, no mais, que a Lira tenho
Destemperada e a voz enrouquecida,
E não do canto, mas de ver que venho
Cantar a gente surda e endurecida.
O favor com que mais se acende o engenho
Não no dá a pátria, não, que está metida
No gosto da cobiça e na rudeza
Dhũa austera, apagada e vil tristeza.*

Estância das mais conhecidas d’Os *lusíadas*, vem anunciar justamente o fim do canto e está, em termos de posição no poema e da carga significativa que traz, nas antípodas do

*Cantando espalharei por toda a parte
Se a tanto me ajudar o engenho e arte*

da proposição. Aqui o poeta inicia o seu texto, num discurso francamente laudatório. Lá quer se calar porque tem “a voz enrouquecida” ao ver que vem cantar “a gente surda e endurecida” em que se transformaram os “barões assinalados”. O “gosto da cobiça” substituiu a nobre ação de edificar “Novo Reino que tanto sublimaram” ou a cruzada religiosa que se evidenciara “naqueles Reis que foram dilatando a Fé”. Propomos aqui uma leitura paralela dessas es-

tâncias iniciais e a de nº 145 do canto X, a partir da atitude do sujeito, no caso, o poeta:

Est. 1 e 2 (canto 1)	Est. 145 (canto X)
<i>que faz o poeta?</i> "cantando"	<i>que faz o poeta?</i> "no mais, Musa, no mais" "Lira destemperada" "voz enrouquecida"
CANTAR	CALAR
<i>por que canta?</i> "engenho e arte"	<i>por que não canta?</i> não engenho
<i>quem o poeta canta?</i> "barões assinalados" "Reis" heróis — "que se vão da lei da Morte libertando"	<i>quem o poeta não canta?</i> "a gente surda e endurecida"
<i>como são os que vão ser cantados?</i> "em perigos e guerras esforçados" "passaram ainda além da Taprobana" "edificaram Novo Reino" "foram dilatando a Fé, o Império" "As terras viciosas andaram devastando" "obras valerosas"	<i>como são os que não vão ser cantados?</i> "gosto da cobiça" "rudeza dhũa austera, apagada e vil tristeza"

Que grande abismo entre o início e o fim do poema? Insistimos em dizer fim do poema, embora, a nível do discurso ainda se sigam 11 estâncias. Mas elas constituem as exortações finais a D. Sebastião, as esperanças do poeta em ver reaceso o engenho para cantá-lo ou "o braço às armas feito" para servi-lo se o seu augusto peito "Dina empresa tomar de ser cantada". Trata-se da proposição de um novo poema que viria ocupar um novo espaço na História e na Literatura portuguesa. Relembramos o ensaio da Prof.^a Vilma Arêas² que aborda o poema nessa mesma ótica:

Se há uma expectativa de reinstauração do privilégio antigo dirigida a D. Sebastião, esta se dá em termos de promessa, de futuro, além das margens do poema, pois que este já fora abandonado pelo "cego eu"

Quanto ao momento que o poeta acaba de cantar, já lá não existe uma ambiência épica. O silêncio do canto vai ao menos ser coerente com a falta de uma matéria épica, com a degradação dos costumes, com a falência dos ideais da conquista marítima. É como se Camões tivesse aprendido o sentido da dor e da miséria portuguesa ao reescrever poeticamente a sua História de Portugal. E ele reserva justamente esse espaço de fala do eu lírico para denunciar também a degradação do empreendimento.

Gil Vicente, embora poeta da corte e contemporâneo da partida das naus para as Índias, não deixa de satirizar a atuação dos portugueses nas "terras viciosas" que iam devastando.

*Fomos ao rio de Meca
pelejámos e roubámos
e muito risco passámos*

diz o marido no Auto da Índia, de volta da viagem, ao encontrar a esposa adúltera. Daí concluímos que *peleja* e *roubo* cabia aos homens assim como o *adultério* às mulheres que ficavam. Tal era o saldo nada épico das viagens e das conquistas na ótica vicentina.

Damesma forma cronistas da época denunciam exemplos de roubalheira de gado e gente para ser vendida como escravo, pilhagem de cidades, mesquitas, matança de homens e mulheres.³

Ora, Camões não está longe dessa consciência. Era entretanto bastante difícil adequá-la a um suporte épico. E é assim que o que percebemos n'Os *lusiadas* são duas vozes distintas: a da ideologia e a da contra-ideologia, a do cantor épico e a do eu lírico. Vamos agora acompanhar os momentos importantes do processo de conscientização do eu lírico na travessia do poema que conduz ao silêncio do canto. Parece-nos que o primeiro episódio significativo a esse nível é o do Velho do Restelo. Teríamos, entretanto, que justificar nossa posição, já que esse episódio se insere na narrativa do Gama, logo, naquilo que chamamos antes de matéria narrada, de discurso épico. Entretanto é a própria fala do Velho que nos interessa, logo a fala de um sujeito que toma a palavra e se expõe liricamente. E mais uma vez nos apoiaremos no artigo já citado da Prof^a Cleonice Berardinelli:

Ora, se não encontramos nos narradores do poema várias visões, mas uma só, por que as encontraríamos nos excursos, tipo de discurso centrado no destinador com predominante função emotiva? Não dissemos que os vários narradores secundários eram disfarces do narrador 1? Pois os excursos dos outros emissores também são disfarces do poeta.

A fala do Velho do Restelo é assim um disfarce da fala do Poeta. E isto nos leva a uma conclusão evidente e por isso mesmo digna de ser ressaltada: de que desde o canto IV o poeta se coloca o problema da validade do empreendimento. As acusações que o Velho faz sobre a “glória de mandar” e a “vã cobiça” são antecipações da estância 145 do canto X.

*O glória de mandar, ó vã cobiça
Desta vaidade, a quem chamamos Fama!
(canto IV)*

O Velho é coerente durante todo o tempo da sua elocução e nada no texto desabona o que ele diz. Inicialmente a sua caracterização serve para tornar sua palavra mais sábia: “Velho de aspecto venerando”, “cum saber só de experiências feito” que denuncia as conseqüências trágicas daquela partida. Denuncia a má fé dos que partem dizendo-se guiados pela Fama e pela honra que são, no entanto, palavras semânticamente invertidas para justificar a “glória de mandar”, a “vã cobiça”, a “vaidade”. Acusa a distorção da linguagem

para fins panfletários, reiterando sintagmas como “a quem chamamos”, “chamam-te” (que aparece 3 vezes na estância 96) e de forma ainda mais clara “Nomes com que se o povo néscio engana”. E se a cobiça é assim mascarada, a “bruta crueza e feridade” passam a ser conhecidas como “esforço e valentia”. Acusa os nomes falsos, enganadores, tendenciosos. Ainda como Gil Vicente no Auto da Índia, culpa o empreendimento das navegações por ser “fonte de desamparos e adultérios”. E, finalmente é ainda o Velho que preconiza o silêncio, o fim do canto, que já analisamos na estância 145 do canto X, a fim de que se não louve e eternize a memória dos navegadores. Como o Poeta, o Velho tem consciência de que só o canto imortaliza o feito. Releia-se a antepenúltima estrofe da fala do Velho do Restelo:

*Oh! Maldito o primeiro, que, no mundo,
Nas ondas vela pôs em seco lenho!
Dino de eterna pena do Profundo,
Se é justa a justa Lei que sigo e tenho!
Nunca juízo algum, alto e profundo,
Nem cítara sonora ou vivo engenho,
Te dê por isso fama nem memória,
Mas contigo se acabe o nome e glória!*

Como vemos o navegador é visto como o “maldito”, “digno de eterna pena” já que se opõe “à justa Lei”, que seria a da fixação e não a da expansão. Por isso “fama”, “memória”, “nome” e “glória” sejam destruídos pelo silêncio do canto que os eternizaria: nem “juízo” (semântica), nem “cítara” (música), nem “engenho” (inspiração).

Cobiça e tirania são assim as acusações que mais pesam sobre a atuação dos portugueses nas terras conquistadas. A cruzada religiosa estava há muito desmascarada e percebia-se que a Fé nada mais era, retomando ainda o Velho do Restelo, que um nome “com que se o povo néscio engana”. A propósito gostaríamos de aludir à análise que faz Antonio Sergio sobre o tão propalado “espírito de cruzada” que, para ele, se reduz simplesmente a uma atividade de *rapina*. Conclusão em nada arbitrária se levarmos em conta que ele parte da leitura de textos da época, entre os quais a *História trágico-marítima* e a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto.⁴

Ora, Camões, no final do canto VIII, reflete justamente sobre os malefícios da cobiça, apontando o ouro como causa de degradação dos costumes.

*Este rende munidas fortalezas;
Faz treddoros e falsos os amigos;
Este a mais nobres faz fazer vilezas,
E entrega Capitães aos inimigos;
Este corrompe virgíuais purezas,
Sem temer de honra ou fama alguns perigos;
Este deprava às vezes as ciências,
Os juízos cegando e as consciências;*

*Este interpreta mais que sutilmente
Os textos; este faz e desfaz leis;
Este causa os perjúrios entre a gente
E mil vezes tiranos torna os Reis.
Até os que só a Deus omnipotente
Se dedicam, mil vezes ouvireis
Que corrompe este encantador, e ilude;
Mas não sem cor, contudo, de virtude.*

O texto é bastante claro na sua enumeração dos diversos níveis de de-gradação de todas as camadas da sociedade em nome do ouro. Denuncia, de maneira atualíssima, a corrupção das leis, a tirania dos poderosos, a má fé na interpretação dos textos, o mau direcionamento dos empreendimentos científicos. Mas mais do que isso denuncia a máscara de virtude que encobre a verdade abominável da cobiça.

Ao denunciar os abusos da Pátria, Camões destruiria o caráter épico do seu poema? Cremos finalmente que não. Porque *Os Lusíadas* têm inclusive uma funcionalidade política na época de sua feitura e de sua publicação. Pretendia reacender a chama na alma portuguesa que depositava toda a sua confiança na figura de D. Sebastião, mito que se perpetuaria através dos tempos, como uma das linhas mestras do pensamento português. Mas antes de ser mito futuramente cantado como “aquele que partiu” mas que regressará trazendo “o pendão ainda do Império”, como diz Fernando Pessoa, D. Sebastião já adquirira uma posição que ultrapassava a dos míseros mortais, porque nele se concentravam as últimas esperanças da hegemonia portuguesa. E Camões há de ter percebido que o seu poema épico funcionaria como um acordar de almas endurecidas. Louva, sim, a Pátria, no que nela pode haver de grandioso, mas acusa-a também para que seu acordar seja questionador e não mero repetidor de um passado quimérico. Gostaríamos assim de terminar insistindo nessa visão crítica que o grande cantor da nacionalidade portuguesa nunca deixou de ter. E mais uma vez as palavras de Antonio Sergio⁵ nos parecem sobretudo bem escolhidas. Terminemos com ele:

Como remate, cremos poder dizer que nos Lusíadas, poema típico do patriotismo, Camões superou o patriotismo; além de português, ele foi espanhol; além de espanhol, foi ele humano. Felizmente esse tão patriótico poema não tem coisa alguma de nacionalista. A fala do Velho do Restelo elevou-o ao nível do humanismo crítico, do anti-nacionalismo de Jesus Cristo, – o que pronunciou a parábola do bom samaritano, o que disse o mais profundo dos seus pensamentos a uma pobre mulhezinha de Samaria, terra de gente que os judeus desprezavam, que tinham como vil e inimiga deles.

E é por isso que, como diz Carlos Drummond de Andrade, a História “persiste mais em teu poema que no tempo/neutro, universal sepulcro da memória”⁶.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. SARAIVA, A.J. *Para a história da cultura em Portugal*. P.E.A., 1972. vol. 2, p. 163.
2. ARÉAS, Vilma. *Os Lusíadas ou a navegação desventurosa*. Faculdade de Letras, PUC, Rio de Janeiro, 1974, mimeo.
3. SERGIO, Antonio. *Ensaio* (tomo VIII). Lisboa, Sá da Costa Editora, 1974. p. 122-123. No artigo "Em torno da História Trágico-Marítima", A. Sergio transcreve o relato de um assalto em 1522, que consta dos *Anais de D. João III*, feito por Frei Luís de Sousa.
4. *ibidem*. p. 113-114. "O verdadeiro 'espírito' de uma dada empresa é o rumo mental que se encontra implícito no *procedimento* dos homens que a levaram a cabo: e por isso do 'espírito de cruzada' (quer dos cruzados propriamente ditos, quer dos aventureiros portugueses dos séculos XV e XVI) temos que excluir de maneira absoluta a ideia de evangelização no rigor do termo, qualquer enlace, por muito vago que seja, com a moral religiosa de Jesus Cristo. . . / nos homens guerreiros da Idade Média, o dito 'espírito de cruzada' consistiu num impulso predatório que de início se apresentou como contra o 'infel', mas que também se desviava contra as criaturas 'fiéis' sempre que tal desvio satisfazia o impulso. . . Essencialmente, rapina. Conclui-se também que o 'espírito de cruzada' não tem a mais ténue compatibilidade possível com as doutrinas religiosas do Evangelho a que é lícito dar o nome de 'Cristianismo'.
5. SERGIO, Antonio. Em torno das idéias políticas de Camões. In: *Ensaio* (tomo IV). Lisboa, Sá da Costa, 1974. p. 84-104.
6. ANDRADE, C.D. Camões: História, Coração, Linguagem. *Jornal do Brasil*, 12 de junho de 1980, Rio de Janeiro.